

Apontamentos sobre branquitude e privilégios

Notes on whiteness and privileges

Notas sobre la blancura y los privilegios

Recebido: 03/04/2023 | Revisado: 11/04/2023 | Aceitado: 11/04/2023 | Publicado: 16/04/2023

Nathaly Cristina Fernandes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9991-4037>

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

E-mail: nathalycrfernandes@gmail.com

Resumo

Esse estudo tem como objetivo discutir e refletir sobre os privilégios da branquitude, bem como, discutir se o acesso a oportunidades e privilégios são atribuídos da mesma maneira a todas as pessoas; investigar os mecanismos que legitimam e perpetuam as desigualdades raciais; problematizar a posição da pessoa branca nas discussões das relações raciais. O presente artigo realiza uma abordagem metodológica com base na revisão bibliográfica de estudos sobre relações raciais, problematizando a falta de estudos e da participação e reconhecimento de uma branquitude nessas relações. Concluímos que a branquitude é, portanto, a representação do branco como padrão universal de humanidade, a norma, o que garante as pessoas brancas privilégios na sociedade. A partir desse artigo pudemos observar que para quem historicamente possui o poder, os privilégios e vantagens raciais e sociais, toda e qualquer reivindicação de igualdade social, cultural e política é uma possível ameaça à cultura hegemônica da branquitude que ocupa e sempre seu lugar de privilégio. É preciso que as pessoas brancas reflitam que a branquitude foi construída como lugar racial da superioridade, fazendo-se necessário também abolir a concepção de ser superior, reconhecendo seus privilégios e do seu grupo, criticando isso, e fazendo parte da luta antirracista.

Palavras-chave: Branquitude; Privilégios; Relações étnico-raciais; Racismo.

Abstract

This study aims to discuss and reflect on the privileges of whiteness, as well as to discuss whether access to opportunities and privileges are attributed in the same way to all people; investigate the mechanisms that legitimize and perpetuate racial inequalities; problematize the position of the white person in discussions of race relations. This article takes a methodological approach based on a bibliographical review of studies on racial relations, problematizing the lack of studies and the participation and recognition of whiteness in these relations. We conclude that whiteness is, therefore, the representation of white as a universal standard of humanity, the norm, which guarantees white people privileges in society. From this article we could observe that for those who historically possessed power, privileges and racial and social advantages, any claim to social, cultural and political equality is a possible threat to the hegemonic culture of whiteness that occupies and always occupies its place of privilege. It is necessary for white people to reflect that whiteness was constructed as a racial place of superiority, making it necessary to also abolish the conception of being superior, recognizing their privileges and that of their group, criticizing it, and being part of the anti-racist struggle.

Keywords: Whiteness; Privileges; Ethnic-racial relations; Racism.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo discutir y reflexionar sobre los privilegios de la blancura, así como discutir si el acceso a las oportunidades y los privilegios se atribuyen de la misma manera a todas las personas; investigar los mecanismos que legitiman y perpetúan las desigualdades raciales; problematizar la posición de la persona blanca en las discusiones sobre las relaciones raciales. Este artículo realiza un abordaje metodológico a partir de una revisión bibliográfica de estudios sobre relaciones raciales, problematizando la falta de estudios y la participación y reconocimiento de la blanquitud en estas relaciones. Concluimos que la blancura es, por tanto, la representación del blanco como estándar universal de la humanidad, la norma, que garantiza los privilegios de los blancos en la sociedad. De este artículo pudimos observar que para quienes históricamente detentaron poder, privilegios y ventajas raciales y sociales, cualquier pretensión de igualdad social, cultural y política es una posible amenaza a la cultura hegemónica de la blanquitud que ocupa y ocupa siempre su lugar de privilegio. Es necesario que los blancos reflexionen que la blanquitud se construyó como un lugar de superioridad racial, siendo necesario abolir también la concepción de ser superior, reconociendo sus privilegios y los de su grupo, criticándolo y siendo parte de la anti- lucha racista.

Palabras clave: Blancura; Privilegios; Relaciones étnico-raciales; Racismo.

1. Introdução

Vivemos em um mundo, onde ser branco é um facilitador para que certas pessoas acessem determinados espaços e ocupem determinados cargos em nossa sociedade, como um passaporte social, onde ser branco é entendido enquanto norma. Frente a isso, em meio aos estudos atuais sobre questão racial, observou-se a ausência de investigações cujo foco recaia sobre a pessoa branca e a branquitude.

Esse estudo tem como objetivo discutir e refletir sobre os privilégios da branquitude, bem como, discutir se o acesso a oportunidades e privilégios são atribuídos da mesma maneira a todas as pessoas; investigar os mecanismos que legitimam e perpetuam as desigualdades raciais; problematizar a posição da pessoa branca nas discussões das relações raciais. Fazendo-se urgente “trazer para a agenda de discussão, questões inerentes a desigualdade racial” (Theodoro, 2020, p. 03)

2. Metodologia

O presente artigo realiza uma abordagem metodológica com base na revisão integrativa de literatura, de estudos sobre relações raciais, com delineamento qualitativo, problematizando a falta de estudos e da participação e reconhecimento de uma branquitude nessas relações.

A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento. Deste modo, o revisor/pesquisador pode elaborar uma revisão integrativa com diferentes finalidades, podendo ser direcionada para a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos incluídos de um tópico particular. (Ercole *et al.* 2014)

Para a coleta de dados foram adotados os seguintes critérios de inclusão: pesquisas na língua portuguesa, artigos disponíveis online e com acesso gratuito da publicação na íntegra, foram excluídos artigos repetidos e incompletos.

3. Resultados e Discussão

Em uma sociedade racializada Frankenberg (1995, p.43) define branquitude enquanto “um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo”.

Maria Aparecida da Silva Bento teórica das questões sobre o racismo e ativista negra, recoloca essa questão nos mesmos parâmetros ao sustentar que as relações raciais no Brasil se reduzem ao “problema do negro”, ou seja, as pesquisas tem se restringido em pesquisar apenas o oprimido, deixando de lado o opressor, como se o branco não tivesse responsabilidade sobre o assunto (Bento, 2002). A autora também propõe que se analisem as relações raciais no Brasil, sobre o privilégio que o branco obtém com o racismo e questionando a sua identidade racial branca, a branquitude. De acordo com Bento (2002) existe um acordo/pacto entre as pessoas brancas, de não se reconhecerem enquanto parte privilegiada pela estrutura, e responsável pela reorganização do racismo, permanecendo na tentativa de neutralização de tal identidade sob a zona de conforto simbólico, subjetivo e concreto.

Schucman (2014) diz que é diante desse pacto que podemos pensar sobre o motivo de, no Brasil, as pessoas no geral naturalizarem o fato de que:

A maior parte dos moradores das periferias urbanas é de negros e a dos bairros centrais é de brancos, que alunos e professores em universidades públicas são brancos e faxineiros são negros, que nos restaurantes aqueles que estão sendo servidos são brancos e aqueles que servem são negros. Toda esta divisão racial do trabalho e dos espaços sociais é naturalizada de tal forma, que tanto brancos como negros brasileiros raramente se espantam com esta

realidade. Em outras palavras, podemos pensar esta realidade racial como um verdadeiro habitus, que constrói um país segregado racialmente e que nem mesmo é percebida como tal. Dessa forma, podemos pensar a branquitude como um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil, em nossos valores estéticos e em outras condições cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência deste habitus racista que perpassa toda a nossa sociedade. (Schucman, 2014, p.28-29)

Historicamente observou-se a construção na sociedade de um sistema que mantém privilégios para determinados grupos sociais e a questão racial teve e tem um importante papel na manutenção de tais vantagens sociais. Barreto (2008) revela em sua pesquisa que as pessoas brancas, não fazem referência a si mesmos como brancos, diferentes dos negros e japoneses, nesse sentido, observamos que a identidade branca é entendida enquanto normal, natural, pois indivíduos brancos pensam menos no fato de serem brancos, diferente de outros grupos. Para a autora características de sujeitos brancos não são estigmatizadas, pelo contrário, “ainda é a norma em termos sociais e estéticos, com representações positivas sendo predominantes” (Barreto, 2008, p.63)

É inegável que quando falamos de raça, na ideia de senso comum da sociedade estamos falando geralmente de pessoas negras, isso porque, concordando com Frankenberg (1995), as pessoas brancas atribuem isso ao outro, ou ao estudo de não brancos, pois estas não se vêem enquanto pessoas racializadas uma vez que ser branco é a norma. Nesse sentido, como ressalta Iray Carone (2002, p. 23), a raça/cor: “protege o indivíduo branco do preconceito e da discriminação raciais na mesma medida em que a visibilidade do negro o torna um alvo preferencial de descargas de frustrações impostas pela vida social”.

Segundo Bento (2002, s/p) uma boa maneira de compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é entender como se dá a projeção do branco sobre o negro, projeção essa nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios. Onde a própria capacidade de identificação com o próximo, se vê comprometida, criando as bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa representar a diferença. “(...) a difusão e solidificação desses pensamentos servem como garantia de privilégios, poder e dominação. As pesquisas sob esse enfoque “quebram” o pacto do silêncio e problematizam a posição do branco nas discussões das relações raciais (...)” (Bento, 2002)

Em nossa sociedade, fazer parte da norma confere, em diferentes espaços, os privilégios que fazem parte de uma estrutura de diferença que geralmente está implícita nas relações e não é reconhecida enquanto motor do racismo, do preconceito e da produção de privilégios pra pessoas brancas. Nesse sentido, os estudos para o entendimento acerca dos privilégios perpassam necessariamente pelas relações raciais hierarquizadas constituídas historicamente pela branquitude.

“A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam uma posição de status foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos gerados inicialmente pelo colonialismo e imperialismo e que se mantêm e são preservados pela contemporaneidade. Portanto para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder fundamentais, concretas e subjetivas em que as desigualdades sociais se ancoram” (Schucman, 2014, p. 23)

Nas palavras de Foucault (1999, p.33), é preciso redefinir os estudos sobre poder, “de não analisar o poder no nível da intenção ou da decisão”, mas sim de estudá-lo sob a perspectiva externa, ao contrário, na relação direta e imediata que estabelece com o seu objeto, com o seu campo de aplicação. Sendo assim, buscar o poder naquele exato ponto no qual ele se estabelece e produz efeitos. Ao invés de questionar a posição hegemônica dos brancos estamos buscando “universalizar o particular” (Frankenberg, 2004, p. 309). Uma das explicações encontradas para classificar e hierarquizar a humanidade se encontra na ideia de raça e racialização, a cor da pele foi considerada no século XVIII considerada um dos critérios do processo de classificação pela racialização, nesse sentido a espécie humana ficou dividida em três raças: branca, amarela e negra, que permanecem até hoje no imaginário coletivo. Acrescentaram no século XIX cor e outros critérios morfológicos, como formato do nariz, queixo, lábios, ângulo facial, etc. (Munanga, 2004, *apud* Schucman, 2012, p.32).

Assim que nascem os sujeitos são classificados racialmente sob as pessoas brancas recaem atributos positivos ligados à identidade racial à qual pertencem, tais como inteligência, beleza, educação, progresso etc. A pessoa branca é supervalorizada em relação às identidades raciais não brancas. (Sovik, 2004)

No Brasil, particularmente, a prática social do branco está permeada por discursos de afeto, que aparentemente religam setores sociais desiguais, mas a hierarquia racial continua vigente e, em um conflito eventual, ela reaparece, enfraquecendo a posição de pessoas negras. O valor da branquitude se realiza na hierarquia e a desvalorização do ser negro, mesmo quando “raça” não é mencionada. A defesa da mestiçagem às vezes parece uma maneira de não mencioná-la. A linha de fuga pela mestiçagem nega a existência de negros e esconde a existência de brancos (Sovik, 2009, p. 50 *apud* Passos, 2009, p.151).

Esta mestiçagem tapa “...o sol das hierarquias sociais como a peneira de ‘somos todos iguais...’” (Sovik, 2009, p. 51 *apud* Passos, 2009, P.151), ou seja, faz com que não reflitamos sobre as diferenças raciais, fazendo com que pessoas brancas assumam uma postura de invisibilidade da sua branquitude, bem como o não reconhecimento de seus privilégios. Os estudos críticos da branquitude na atualidade, se tornaram indispensáveis (Borges, 2022).

Edith Piza (1998 *apud* Bento, 2002, s/p) é uma das raras estudiosas brancas brasileiras que se dedicou ao estudo dos brancos. Segundo ela, no discurso dos brancos é nítido uma invisibilidade, distanciamento e silenciamento sobre a existência do outro. A racialidade do branco é vivida como um círculo concêntrico: a branquitude se expande, se espalha, se ramifica e direciona o olhar do branco. Ser branco é não ter de pensar sobre isso, é a possibilidade de escolher entre revelar ou ignorar a própria branquitude. A autora destaca alguns pontos sobre a branquitude:

(...) é algo consciente apenas para as pessoas negras; existe um silêncio em torno da raça, não é um assunto a ser tratado; a raça é vista não apenas como diferença, mas como hierarquia; as fronteiras entre negros e brancos são sempre elaboradas e contraditórias; há, em qualquer classe, um contexto de ideologia e de prática da supremacia branca; a integração entre negros e brancos é narrada sempre como parcial, apesar da experiência de convívio; a discriminação não é notada e os brancos se sentem desconfortáveis quando têm de abordar assuntos raciais; a capacidade de apreender e aprender com o outro, como um igual/diferente, fica embotada; se o negro, nas relações cotidianas, aparece como igual, a interpretação é de exibicionismo, de querer se mostrar(...) (PIZA 1998 *apud* Bento, 2002, s/p)

Grada Kilomba (2012) diz que existe uma anedota, onde uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra, uma mulher branca diz que ela é uma mulher, e um homem branco diz que é uma pessoa. E que a branquitude, como outras identidades no poder, permanecem sem nome. A autora fala que é como se fosse um centro ausente, uma identidade que se coloca no centro de tudo, mas que essa identidade racial não é reconhecida, porque é apresentada e vista como sinônimo de humano, de “normal”. Sendo assim, no geral, pessoas brancas não se vêem como brancas, mas sim como pessoas, como normais, como a regra. A branquitude é tida como a condição humana, ou seja, é algo que marca outras identidades, permanecendo não marcada, e não existe posição mais privilegiada do que ser a norma e a normalidade.

Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais para uns, e a neutralidade racial para outros. As consequências dessa visibilidade para negros são bem conhecidas, mas a da neutralidade do branco é dada como “natural”, já que ele é o modelo paradigmático de aparência e de condição humana (PIZA, 2002, p. 72).

A intelectual McIntosh (1989) menciona 50 distintas e sutis formas de obtenção de privilégio racial simbólicos que ela tem por ser branca, abaixo estão algumas delas, que retratam diversas situações que pessoas brancas vivenciam e muitos nem se dão conta que são privilégios, como ter sua raça representada, não ter que se preocupar se será seguido e/ou maltratado em

determinados ambientes, pois sua raça é vista/lida/entendida enquanto norma, nesse sentido, pessoas negras e não brancas são discriminadas por se distanciarem desse padrão:

5. Eu posso fazer compras sozinha a maior parte do tempo, muito bem assegurada de que não serei seguida ou assediada. 6. Eu posso ligar a televisão ou abrir a primeira página do jornal e ver as pessoas da minha raça amplamente representadas. 8. Eu posso estar segura de que meus filhos vão receber matérias curriculares que testemunhem a existência da sua raça. 15. Eu não preciso educar os meus filhos para estarem cientes do racismo sistêmico para a sua própria proteção física diária.

21. Eu nunca sou pedida para falar por todas as pessoas do meu grupo racial. 24. Eu tenho bastante certeza de que se eu peço para falar com a ‘pessoa responsável’, eu vou encontrar uma pessoa da minha raça. 26. Eu posso facilmente comprar pôsteres, cartões postais, livros ilustrados, cartões de felicitações, bonecos, brinquedos e livros infantis e revistas com pessoas da minha raça. 38. Posso pensar em muitas opções, sociais, políticas, imagináveis ou profissionais, sem perguntar se uma pessoa da minha raça seria aceita ou permitida a fazer o que eu quero fazer. 40. Eu posso escolher lugares públicos sem ter medo de que pessoas de minha raça não possam entrar ou vão ser maltratadas nos lugares que escolhi. 42. Eu posso organizar minhas atividades para que eu nunca tenha que experimentar sentimentos de rejeição devido à minha cor. 44. Eu posso encontrar facilmente cursos acadêmicos e instituições que dão atenção apenas às pessoas da minha raça. 47. Eu posso viajar sozinha ou com o meu cônjuge sem esperar constrangimento ou hostilidade naqueles que lidam conosco. (McIntosh, 1989, s/p)

Peggy McIntosh (1990) argumenta que os privilégios não são percebidos pelos sujeitos que os obtêm, pois as sociedades ocidentais ainda são em sua maioria sociedades eurocentradas e, por isso, tendem a ser “monoculturais”, ou seja, a constituição de uma determinada perspectiva sobre o mundo que se baseia centralmente nos padrões culturais dos grupos dominantes, mantendo uma visão única sobre as formas de viver e ser no mundo, que não permite que os sujeitos consigam perceber sua singularidade e seu próprio fechamento.

Existem dois tipos de branquitudes, crítica e acrítica:

A branquitude crítica que desaprova o racismo “publicamente”, e a branquitude acrítica que não desaprova o racismo, mesmo quando não admite seu preconceito racial e racismo a branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos. (Cardoso, 2010, p.611)

Sendo assim a branquitude crítica condena e analisa os trágicos acontecimentos históricos, mas não se preocupa com a reflexão de que possuem identidade racial, sendo assim, a branquitude crítica desaprova publicamente o racismo. Enquanto a branquitude acrítica conserva, justifica e reescreve esses acontecimentos, minimizando, negando esses acontecimentos, colocando a culpa no outro, ou seja, a branquitude acrítica propaga a ideia de superioridade branca. Esta distinção feita por Cardoso é necessária, segundo Schucman (2014, p.27), para compreender que há uma parcela das populações brancas que obtêm privilégios, graças a sua identidade racial, não por exercer o racismo conscientemente, nem por concordar com ele, mas sim por estar inserida em uma sociedade estruturalmente racista, enquanto o outro grupo promove direta e indiretamente a superioridade e pureza racial branca.

Schucman (2014, p.25) apresenta uma discussão em torno dos privilégios materiais que pessoas brancas têm em relação aos não brancos. Ser branco produz cotidianamente situações de vantagem em relação aos não brancos. A autora fala que diferentes pesquisas demonstram que há para os brancos mais facilidades no acesso “à habitação, à hipoteca, à educação, à oportunidade de emprego e à transferência de riqueza herdada entre as gerações. No Brasil, tais dados são evidentes em diferentes pesquisas de cunho quantitativo e qualitativo.” Lia (2014) discute que a maioria das pesquisas são direcionadas às desvantagens dos negros em nossa sociedade, denunciando a falta de pesquisas com enfoque nos brancos, nas vantagens que eles adquirem no que diz respeito ao acesso à educação, à saúde, ao emprego, à moradia e às diferentes formas de bem-estar social.

O relatório das desigualdades de raça, gênero e classe (GEMAA) demonstra os indicadores relacionados às vantagens dos brancos em relação aos não brancos no que diz respeito à educação, trabalho e renda:

As distâncias maiores foram observadas na mensuração da média de renda domiciliar, na qual os homens brancos são especialmente favorecidos, seja em comparação com homens e mulheres não brancas (que obtêm cerca da metade da renda deles), seja em comparação às mulheres brancas (que possuem maior média de anos de escolaridade e, ainda assim, recebem menos do que eles). No extremo oposto, as mulheres não brancas possuem a menor renda média dos quatro grupos de raça e gênero considerados, mesmo possuindo escolaridade maior que a dos homens não brancos. (Campos; França; Feres Júnior, 2018, p.18)

Schucman (2014, p.26) aponta que a maioria dos brancos tem vantagens provenientes da opressão racial e do racismo, pois mecanismos como esses mantêm a população branca com vantagem no preenchimento das posições de poder na estrutura de classes que comportam privilégios materiais e simbólicos mais desejados.

Sérgio Adorno (1995) demonstrou em sua pesquisa como o quesito cor/raça opera nas decisões tomadas pelo sistema judicial no Brasil:

Branco e negro cometem crimes violentos em idênticas proporções, mas os réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, enfrentam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e revelam maiores dificuldades de usufruir o direito de ampla defesa assegurado pelas normas constitucionais. Em decorrência, tendem a receber um tratamento penal mais rigoroso, representado pela maior probabilidade de serem punidos comparativamente aos réus brancos. Tudo indica, por conseguinte, que a cor é poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça (Adorno, 1995, p. 63).

4. Considerações Finais

Concluimos que a branquitude é, portanto, a representação do branco como padrão universal de humanidade, a norma, o que garante as pessoas brancas privilégios na sociedade. Fazem-se necessários estudos que enfoquem a branquitude, problematizando o papel do branco nas relações raciais, para que o objeto de análise das relações raciais deixe de ser somente o negro e passa a incluir também comportamentos do branco.

Dentre os mecanismos que mantêm os privilégios da branquitude estão: a desaprovação e não reconhecimento desses privilégios. O silêncio também é uma característica da manutenção dos privilégios advindos da branquitude. É necessário incluirmos os estudos da branquitude em nossos currículos acadêmicos para repensarmos as relações raciais brasileiras. Ler o branco enquanto sujeito político dessas relações é urgente, “para iniciarmos um caminho no sentido da ruptura da branquitude com seu lugar de poder, resignificando nossas relações raciais.” (Cardoso, 2007 *apud* Bento).

Privilégio da branquitude é estar sempre em vantagem, apenas por ser branco. A branquitude racializa sujeitos não brancos, já que ser branco é tido como “normal” e a naturalização dessa ideia reforça um padrão/ modelo em detrimento de outros, o que traz inúmeras conseqüências na vida de sujeitos que não se encaixam nessa norma, por isso é importante a racialização do branco. Vimos que existem privilégios materiais e simbólicos obtidos pelos brancos em função da cor, a naturalização da branquitude é o que faz com que grande parcela da sociedade tenha estes privilégios e não os perceba, que não questione.

A partir desse artigo pudemos observar que para quem historicamente possui o poder, os privilégios e vantagens raciais e sociais, toda e qualquer reivindicação de igualdade social, cultural e política é uma possível ameaça à cultura hegemônica da branquitude que ocupa e sempre seu lugar de privilégio. É preciso que as pessoas brancas reflitam que a branquitude foi construída como lugar racial da superioridade, fazendo-se necessário também abolir a concepção de ser superior, reconhecendo seus privilégios e do seu grupo, criticando isso, e fazendo parte da luta antirracista. Fazendo-se

necessário mais pesquisas que abordem o tema da branquitude e privilégios.

Referências

- Adorno, S. (1995) Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos*, 43, 45-63.
- Bento, M. A. S. (2002). *Pactos narcísicos no Racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder*. Tese de Doutorado no Instituto de Psicologia; Universidade de São Paulo.
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: Carone, Iray & Bento, Maria A. S. (orgs.). *A psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Vozes.
- Borges, T. R. S. (2022). *Mulheres brancas, branquitude e afeto: reflexões acerca de performances raciais e afetivas brancas, o sentir crítico e o fazer Acadêmico* Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Campos, L; França, D. & F. Junior. R, J. (2018). *Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe (GEMAA)*, (2), 1-18.
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latino-americana de Ciências Sociais*, 8 (1), 607-630, jul.
- Carone, I. (2002). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: Carone, I., & Bento, M. A. S. (orgs.). *A psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Ercole, F. F., Melo, L. S., & Alcoforado, C. L. G. C. (2014). Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. *Rev Min Enferm*.jan/mar; 18(1), 9-11.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes.
- Frankenberg, R. (1995). *A miragem de uma branquidade não-marcada*. In: Ware Vron (org.).
- Frankenberg, R. (2004). A miragem de uma Branquitude não marcada. In V. Ware (Org.), *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo* (V. Ribeiro, trad., pp. 307-338.). Garamond.
- Kilomba, G. (2012). *Plantation Memories: Episodes of everyday racism*. Münster: Unrast.
- Mcintosh, P. (1989). *White Privilege: Unpacking the Invisible Knapsack*. Peace and Freedom Magazine, 1989, pp. 10-12.
- Mcintosh, P. (1990). *Interactive Phases of Curricular and Personal Re-vision with Regard to Race*. Wellesley.
- Passos, A. H. I. (2013). *Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013*. [Tese de Doutorado], Departamento do Serviço Social da PUC, Rio de Janeiro.
- Piza, E. (2002). Porta de vidro: uma entrada para branquitude. In I. Carone & M. A. Bento (Orgs.) *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Vozes, p. 59-90.
- Schucman, L. V. (2012). *Entre o encardido, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicol. Soc.*, 26(1), 83-94.
- Sovik, L. (2004). Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e media no Brasil. In: Ware, Vron. *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Theodoro, C. L. M. (2020). A reação racista das elites contra o sistema de cotas nas universidades. *Research, Society and Development*, [S. 1.], 9(3), e59932372